

Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul

Cassiane da Costa*
José Marcos Froehlich**
Ricardo Howes Carpes***

Este trabalho objetivou analisar o processo de masculinização da população rural nos diferentes sistemas agrários do Rio Grande do Sul, buscando interpretar suas eventuais particularidades e diferentes configurações. Para tanto, utilizaram-se os dados do Censo Demográfico de 1950 e da Contagem Populacional 2007 do IBGE, que foram sistematizados e submetidos à análise estatística. Foram calculadas as razões de sexo da população rural e, no caso de 2007, para quatro faixas etárias. Estas razões foram agrupadas por sistema agrário (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas e Planalto) para aplicação do teste de Kruskal-Wallis. De forma complementar, ainda foi calculada a razão de sexo do Rio Grande do Sul em 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Verificou-se que o processo de masculinização rural, que vem se desenvolvendo lentamente no Estado, apresenta comportamentos diferenciados conforme as regiões. De forma geral, as regiões pecuaristas são as que apresentam as maiores proporções de homens, enquanto aquelas caracterizadas pela agricultura familiar e pelos sistemas produtivos intensivos possuem as menores proporções. As regiões Depressão Central e Planalto, onde a produção mecanizada de soja e arroz é representativa, assumiram, em 2007, uma posição intermediária entre as altas razões de sexo das regiões pecuaristas e os baixos valores das Colônias, onde a agricultura familiar é característica. Entende-se que a intensidade do processo de masculinização rural possa estar relacionada a aspectos dos diferentes sistemas agrários, como a importância socioeconômica da agricultura familiar, ou ainda a intensificação dos principais sistemas de produção.

Palavras-chave: Masculinização rural. Sistemas agrários. População rural.

* Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil (cassi.csm@hotmail.com).

** Departamento em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS, Brasil (jmarcos.froehlich@gmail.com).

*** Universidade Federal do Pampa, Itaqui-RS, Brasil (rh.carpes@bol.com.br).

Introdução

Desde o final do século XX e no início do XXI, o espaço rural vem sendo cenário prolífico de transformações, entre as quais estão aquelas que afetam seus estratos populacionais. Alguns estudos que abordam a configuração da população rural no Brasil, nas últimas décadas, apontam para o caráter de seletividade do êxodo rural em várias regiões do país, ou seja, o fluxo predominante de jovens e mulheres e a conseqüente intensificação dos processos de envelhecimento e de masculinização da população que permanece no rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; ANJOS; CALDAS, 2005). A gravidade do processo de masculinização rural¹ está nas implicações da diminuição da presença feminina neste contexto social, o que compromete a formação da família, supondo-se que as uniões apresentem homogamia por local de residência e, provavelmente, a sucessão dos estabelecimentos, como apontado por Bourdieu (2004) na França. Dessa forma, a sustentabilidade social destes territórios pode ser comprometida, como indica Camarero (2009a) para o caso da Espanha.

No Brasil, destaca-se o estudo de Camarano e Abramovay (1999), que utiliza dados secundários para mostrar as características das grandes regiões brasileiras em termos de demografia rural. Os autores demonstram que é crescente a masculinização da população rural brasileira, principalmente entre os jovens. Também se pode mencionar o trabalho de Anjos e Caldas (2005), no qual o processo de modernização conservadora da agricultura é apontado como responsável pela masculinização da população rural da Região Sul, apresentada como a região com a população rural mais masculinizada do país.

Estes estudos são importantes, entretanto, não abordam uma questão fundamental para a melhor compreensão do fenômeno da masculinização rural: o processo de masculinização ocorre homoganeamente ou algumas regiões rurais são mais masculinizadas do que outras? Caso haja diferenças, o que poderia ser cogitado para explicá-las?

Na perspectiva de tratar estas questões, foi analisado o processo de masculinização da população rural nos diferentes sistemas agrários² do Estado do Rio Grande do Sul, procurando interpretar suas eventuais particularidades e distintas configurações. Especificamente, buscou-se avaliar a variação da razão de sexo nos sistemas agrários do Rio Grande do Sul, entre 1950 e 2007,³ bem como investigar os grupos de idade em que o processo de

¹ Segundo Camarero et al. (2009a, p. 50) "Cuando hablamos de masculinización rural nos referimos a un desequilibrio demográfico que se concreta en un déficit de mujeres respecto a la proporción que naturalmente debiera existir entre los dos sexos o razón biológica".

² A regionalização por sistemas agrários parece ser adequada para abordar preliminarmente estas questões, já que pode oferecer elementos para auxiliar no apontamento de possíveis explicações para eventuais diferenciações regionais. No Estado do Rio Grande do Sul existe uma regionalização por sistemas agrários, elaborada com base em pesquisas e publicada em Silva Neto e Basso (2005), a qual foi utilizada como referência para esta abordagem.

³ Entende-se que, a partir da década de 1950, estruturaram-se processos importantes no Rio Grande do Sul, que repercutem na dinâmica populacional do espaço rural, como a industrialização e a modernização da agricultura. Já o ano de 2007 foi escolhido por se tratar da referência mais recente de dados populacionais divulgados pelo IBGE, no momento da realização do estudo, estratificados por condição de moradia, município, sexo e grupos de idade.

masculinização rural concentra-se nas diferentes regiões gaúchas e interpretar as variações a partir das características presentes nos diferentes sistemas agrários.

A seguir, são abordadas as principais referências teóricas da proposta do trabalho e detalhados os procedimentos metodológicos realizados. Na sequência, é apresentada a regionalização do Rio Grande do Sul em sistemas agrários. Posteriormente é analisada a diferenciação da razão de sexo (RS) conforme o sistema agrário e discute-se a influência da modernização agrícola no processo de masculinização rural. Na penúltima seção trabalha-se a variação da RS conforme a faixa etária da população rural e, por fim, são pontuadas algumas considerações finais.

Considerações teóricas e metodológicas

Buscou-se na Teoria dos Sistemas Agrários (TSA) a base para a compreensão da problemática apresentada anteriormente. Esta teoria também dá origem à regionalização utilizada para a análise. Conforme Mazoyer e Roudart (2010, p.71),

a teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas.

A TSA propõe o entendimento das formas de agriculturas como objetos complexos e historicamente constituídos, que podem ser analisados como sistemas. Nesta perspectiva sistêmica, o objeto de estudo, sistema agrário, é considerado delimitado e formado por subsistemas interdependentes. Desta forma, para estudar “a agricultura praticada em um momento e lugar”, utilizando-se a noção de sistema agrário, é preciso considerar o ecossistema cultivado e o sistema social produtivo, bem como as suas inter-relações (MAZOYER; ROUDART, 2010). Com pequenas adaptações, a teoria também pode abranger as atividades não agrícolas desenvolvidas no espaço rural, ampliando assim seu potencial de análise sobre o complexo mundo rural contemporâneo.

Sistemas agrários expressam um arcabouço teórico que visa facilitar a compreensão das relações sociopolíticas, culturais e tecnológicas que ocorrem em um determinado ecossistema. Eles são a expressão de decisões e ações técnicas de produção que se efetivam em espaços territoriais e institucionais mais ou menos estruturados e historicamente constituídos (FRANTZ; SILVA NETO, 2005b, p. 33).

O estudo da estrutura por idade e sexo da população é comumente utilizado na demografia. Estas variáveis demográficas são especialmente importantes porque determinam, em grande parte, a evolução da população quanto ao seu tamanho. Por sua vez, a estrutura por sexo influi diretamente na formação de novos núcleos familiares. Conforme Wolf (2011), a família tem importantes funções como provisão econômica, socialização, troca de serviços sexuais e concessão de afeto. Pode-se dizer, com base em Malinowski (1975), que esta instituição tem papel fundamental nas diferentes sociedades, estando relacionada com a reprodução e continuidade dos grupos humanos.

A razão de sexo é uma medida útil para comparar populações com diferentes tamanhos quanto à sua estratificação para homens e mulheres (BERQUÓ, 1991). Geralmente, se não houver interferências sociais ou biológicas, a razão de sexo ao nascer indica um leve predomínio masculino, conforme Henry (1977), o que varia ao longo das fases da vida e das diferentes realidades. Segundo Goldani (1999), a razão decresce entre a população idosa, já que a expectativa de vida feminina é maior do que a masculina.

Neste trabalho utilizaram-se dados de pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais foram sistematizados e submetidos a alguns testes estatísticos. Na análise, empregaram-se, principalmente, os dados do Censo Demográfico de 1950 e da Contagem Populacional de 2007. De forma complementar, também foram incluídas informações dos Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Os dados do Censo de 1950, referentes à população rural do Rio Grande do Sul, foram sistematizados por região, distrito,⁴ sexo e faixa etária (0-14 anos, 15-24, 25-59 e 60 ou mais anos). Já os dados da Contagem Populacional 2007⁵ foram agrupados por região,⁶ município, sexo e faixa etária. Calcularam-se as razões de sexo (geral e por faixa etária) da população rural dos distritos, em 1950, e dos municípios, em 2007. Também foram calculadas estas razões para as populações rural e urbana do Rio Grande do Sul em 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.⁷ Para tanto, utilizou-se a fórmula $RS=(H/M)*K$, onde RS é a razão de sexo; H corresponde ao número de homens; M é o número de mulheres e K refere-se à constante, 100.

As razões de sexo da população rural de 1950 e 2007, agrupadas por regiões, foram submetidas, inicialmente, ao Teste de Normalidade Lilliefors. A distribuição dos escores, na maioria das vezes, não era normal. Foi escolhido, então, um teste não paramétrico (o de Kruskal-Wallis) para verificar a variação das razões entre as regiões. Este teste foi escolhido por possibilitar o confronto entre três ou mais amostras independentes e desiguais (CARGNELUTTI FILHO et al., 2001), em conformidade com a realidade dos dados a serem testados. Além de aceitar dados não normais, ele também é mais adequado para os casos de sistemas agrários com poucos municípios. Quando existiam diferenças entre as regiões, empregou-

⁴ Muitos destes distritos tornaram-se municípios entre 1950 e 2007.

⁵ A Contagem Populacional 2007 foi realizada em municípios com população de até 170.000 habitantes. Assim, os 12 municípios mais populosos do Rio Grande do Sul não foram contemplados (Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo e Viamão). Considerando-se a relação entre a população rural destes municípios e do Estado no Censo Demográfico 2010, seriam 95.024 pessoas rurais não contabilizadas, ou 5,96% da sua população rural.

⁶ As regiões ou sistemas agrários são Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas e Planalto. Para maior detalhamento sobre os municípios integrantes de cada região, consultar Costa Rauber (2010).

⁷ Cabe aqui mencionar três pontos que não foram contemplados no trabalho. O primeiro refere-se às reclassificações de áreas urbanas e rurais que ocorreram entre um censo e outro, conforme Schneider e Radomsky (2002). O segundo diz respeito à correção de dados devido à ocorrência de problemas operacionais durante a execução de algumas pesquisas (Censos Demográficos e Contagem Populacional), que resultam em erros de cobertura populacional e erros de declaração das informações, com diferenciais por sexo, idade e outras variáveis. O terceiro é a falta de correção dos dados utilizados devido ao aperfeiçoamento do próprio processo de coleta dos dados entre os censos. Entende-se, entretanto, que, para alcançar o objetivo do trabalho, os procedimentos metodológicos são válidos, pois fornecem uma aproximação das tendências e a exatidão dos dados é muito difícil de conseguir em operações de coleta de dados da dimensão dos censos demográficos brasileiros.

se o método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para verificar quais delas diferiam estatisticamente entre si quanto às razões de sexo, com um nível de significância de 95%.

Os sistemas agrários do Rio Grande do Sul

Conforme Frantz e Silva Neto (2005b), constituíram-se historicamente no Rio Grande do Sul, inicialmente, dois sistemas agrários: o agrícola e o pastoril, que predominavam, respectivamente, na região de floresta (metade norte do Estado) e na região de campo (metade sul). Tais sistemas agrários desenvolveram-se em períodos diferentes.⁸ Como não havia interesse de praticar a pecuária extensiva nas áreas de floresta, estas foram utilizadas para projetos de colonização no século XIX, desenvolvendo o sistema agrário agrícola. A estrutura dual dos sistemas agrários gaúchos transforma-se aos poucos, tornando-se mais complexa (FRANTZ; SILVA NETO, 2005b).

A partir da necessidade do estabelecimento de uma regionalização contemporânea para o Rio Grande do Sul, Silva Neto (2005) faz uma proposta com base na relação entre categoria social e agroecossistema. Para definir os limites entre as regiões, foram utilizados indicativos sobre a predominância de categorias sociais com a utilização dos dados do Censo Agropecuário do IBGE. Consideraram-se a estrutura fundiária, o número de empregados permanentes, a quantidade de arroz vendido, a quantidade de soja vendida, o número de máquinas para a colheita e as condições fisiográficas. O resultado foi a formação de nove regiões descritas a seguir.⁹

A região 1, Campanha, localiza-se no sudoeste gaúcho, apresentando relevo plano, onde o solo tem formação basáltica, e relevo acidentado, onde o solo tem formação sedimentar (Mapa 1). O campo é limpo e de bom rendimento forrageiro nas áreas com presença de rochas basálticas. A região apresenta a maior concentração fundiária do Estado. A pecuária extensiva domina a maior parte da área, que também se caracteriza pela produção de arroz, em menor escala.

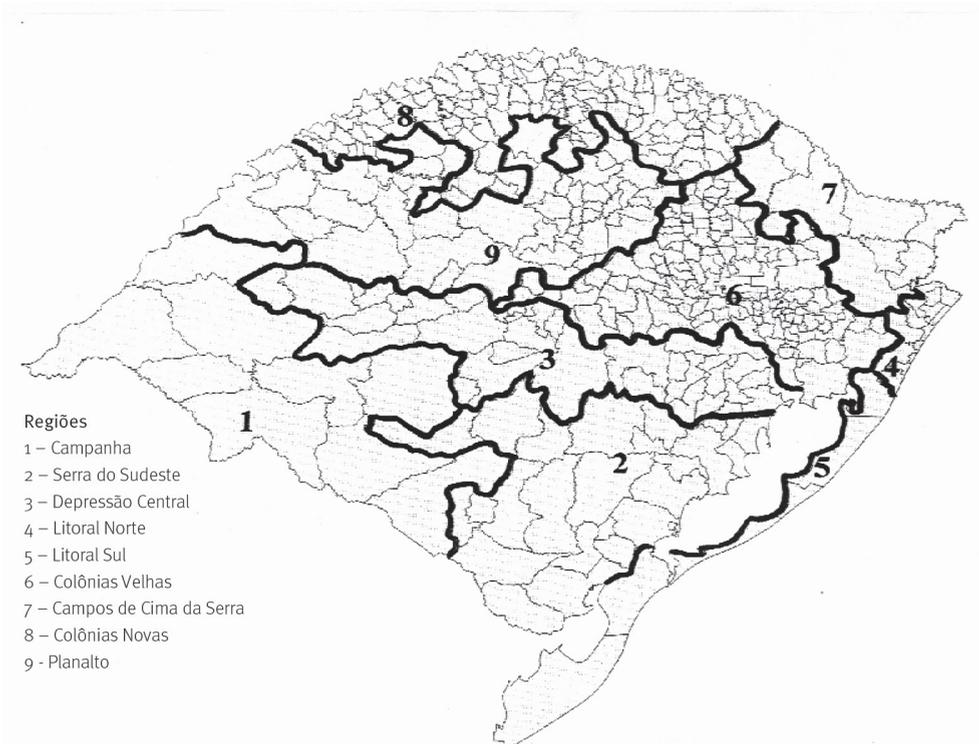
A Serra do Sudeste, região 2, tem relevo ondulado a fortemente ondulado, o que dificulta a mecanização, apresentando solos geralmente pobres. A região tem a pecuária como grande expressão, entretanto, a produção agropecuária é mais diversificada do que na Campanha. A agricultura familiar¹⁰ tem uma importância econômica maior nessa região, desenvolvendo sistemas de produção mais adaptados à sua realidade. A menor concentração fundiária, entretanto, não esconde a presença hegemônica dos estancieiros.

⁸ O território correspondente à Região de Floresta, marcado pela colonização europeia e presença de caboclos, tem como característica uma densidade populacional expressivamente maior do que o da Região de Campo, que é marcado pela doação de sesmarias. Esta alta densidade no processo de ocupação é um fator importante na dinâmica de desenvolvimento rural diferenciada entre estas duas grandes regiões (FRANTZ; SILVA NETO, 2005b).

⁹ Para mais informações sobre esta regionalização, ver Silva Neto (2005).

¹⁰ “Apesar das divergências quanto aos princípios definidores, é possível reconhecer um consenso: por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p. 329).

MAPA 1
Regionalização do Estado do Rio Grande do Sul, por sistemas agrários
2010



Fonte: Adaptado de Silva Neto (2001).

Na Depressão Central, região 3, predominam as grandes planícies e as ondulações. Esse relevo, juntamente com a baixa produtividade da pecuária extensiva, favoreceu o desenvolvimento da cultura do arroz irrigado. Essa é a região onde mais se desenvolveu a orizicultura no Rio Grande do Sul.

As regiões 4 e 5, Litoral Norte e Litoral Sul, são marcadas pela altitude inferior a 40m. A agropecuária no litoral gaúcho é pouco desenvolvida. Destacam-se a produção de frutas tropicais no Litoral Norte, principalmente a banana, e a orizicultura no Litoral Sul.

A região 6, Colônias Velhas, situa-se ao sul dos Campos de Cima da Serra. Ela tem o relevo bastante acidentado e uma grande diversidade de solos. Nessa área a agricultura familiar, que é amplamente hegemônica, apresenta o maior grau de acumulação econômica do Estado. Também é a região com maior diversidade social do Rio Grande do Sul.

Acima dessa área, no extremo nordeste do Rio Grande do Sul, fica a região 7, dos Campos de Cima da Serra. Seus solos têm como característica a profundidade e a baixa fertilidade natural. A pecuária extensiva é bastante representativa, tendo baixa produtividade. Nas áreas de mata densa se faz a exploração madeireira e, em alguns municípios, destaca-se a produção empresarial de frutas de clima temperado, principalmente a maçã.

A região 8, Colônias Novas, está situada no norte e noroeste do Estado e se caracteriza agroecologicamente por relevos ondulados e solos profundos, com exceção do Médio e Alto Vale do Rio Uruguai, onde o relevo é acidentado e os solos rasos. A agricultura familiar predomina na região, que tem grande dependência da produção de soja. Assim, a agricultura é menos intensiva do que a das Colônias Velhas e vem empobrecendo onde a estrutura fundiária está muito fragmentada.

Por último, o Planalto, região 9, localiza-se entre Colônias Novas, Colônias Velhas e Depressão Central. Seu relevo é ondulado e os solos são profundos e pobres em nutrientes. Caracterizam a região as lavouras de grãos relativamente extensas, principalmente soja, e o campo onde existe uma pecuária extensiva pouco lucrativa. A estrutura fundiária é mais concentrada, com um número considerável de empregados permanentes e um maior grau de mecanização do que as regiões dominadas pela agricultura familiar.

Os sistemas agrários do Rio Grande do Sul apresentam diferentes graus de intensidade de uso da terra. Em alguns deles, especialmente Campanha e Campos de Cima da Serra, a produção agropecuária é tipicamente extensiva, com sistemas de produção¹¹ com baixíssimas *contribuições marginais de valor agregado* (CMVA).¹² O trabalho assalariado é muito representativo e a estrutura fundiária bastante concentrada. Na Serra do Sudeste e Depressão Central, como nos sistemas agrários anteriores, a pecuária extensiva predomina, mas a diversidade dos sistemas de produção garante uma CMVA mais elevada. Entre os sistemas de produção importantes estão os que trabalham com arroz, nos dois sistemas agrários, e com fruticultura e olericultura, na Serra do Sudeste. No Planalto também é representativa a pecuária extensiva, mas o destaque é a produção de soja. A CMVA dos sistemas de produção do Planalto é maior do que a da Campanha e Serra do Sudeste, mas ainda é bastante baixa quando comparada às das Colônias (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Os sistemas de produção das Colônias Novas são predominantemente familiares, onde a soja é bastante importante. Os valores de CMVA são bem maiores do que os das outras regiões já mencionadas, devido à presença significativa de sistemas de produção de leite, suínos, aves e fumo. Nas Colônias Velhas e Litoral Norte a agricultura familiar é característica. Esses sistemas agrários são os mais intensivos na utilização da terra no Rio Grande do Sul, tendo a maior CMVA do Estado. Destacam-se os sistemas de produção com base na fruticultura e olericultura, leite, suínos e aves (SILVA NETO; BASSO, 2005).

Variações da razão de sexo nos sistemas agrários do Rio Grande do Sul

A partir de 1970 observa-se diminuição em termos absolutos na população rural no Rio Grande do Sul em todas as regiões, conforme Frantz e Silva Neto (2005a). Esta situação reflete as consequências de fatores como a redução das taxas de fecundidade, a modernização da

¹¹ “Nos limites de uma unidade produtiva, o sistema de produção agrícola pode ser definido como a combinação (no espaço e no tempo) dos recursos disponíveis e das próprias produções: vegetais e animais” (DUFUMIER, 2007, p. 85).

¹² A CMVA em relação à área mostra economicamente o grau de intensidade de uso da terra para cada sistema de produção (SILVA NETO; LIMA; BASSO, 2005).

agricultura e o fechamento das fronteiras agrícolas no Estado, como apontam os trabalhos de Camarano e Abramovay (1999), Brumer (1996) e Berquó e Cavenaghi (2006). Conforme Frantz e Silva Neto (2005a), entre 1950 e 1970, as Colônias continuavam mantendo a população rural por meio do parcelamento das propriedades e da permanência de um ou dois filhos casados na propriedade dos pais. Esta estratégia, entretanto, é alterada pela modernização e especialização da agricultura.

Mesmo com a diminuição da população rural e o significativo crescimento da população urbana no Rio Grande do Sul nas décadas posteriores a 1970, o contingente rural ainda corresponde a um percentual considerável do total do Estado, principalmente nas Colônias Novas, onde 40% dos habitantes viviam no meio rural em 2000. Já Campanha e Litoral Sul são as regiões que mantinham os menores percentuais de população rural em relação à urbana no mesmo ano, em torno de 10% (FRANTZ; SILVA NETO, 2005a).

De forma geral, o processo de masculinização rural vem se intensificando lentamente no Estado nas últimas décadas, conforme pode ser observado na Tabela 1. Segundo dados dos Censos Demográficos, a razão de sexo, que correspondia a 104,87 homens para cada 100 mulheres rurais em 1950, passou para 109,86 em 2010. Na Contagem Populacional de 2007, essa RS era de 110,57, sugerindo uma leve redução entre 2007 e 2010. Entretanto, cabe lembrar que são duas pesquisas diferentes. Provavelmente a proporção em 2007 tenha sido ligeiramente aumentada em função de a população rural dos 12 municípios mais populosos do Estado não ter sido contabilizada na pesquisa. Já a razão de sexo urbana sofreu uma pequena redução entre 1950 e 2010, passando de 93,35 para 92,42.

TABELA1
Evolução da população, por situação de domicílio e sexo, e razão de sexo
Estado do Rio Grande do Sul – 1950-2010

Anos	Urbana			Rural			Razão de sexo rural	Razão de sexo urbana
	População total	Homens	Mulheres	População total	Homens	Mulheres		
1950	1.421.980	677.224	744.756	2.742.841	1.404.025	1.338.816	104,87	93,35
1960	2.402.279	1.159.803	1.242.476	2.976.380	1.531.588	1.444.792	106,01	92,57
1970	3.554.239	1.708.564	1.845.675	3.110.602	1.608.322	1.502.280	107,06	93,49
1980	5.250.940	2.537.114	2.713.826	2.522.897	1.313.632	1.209.265	108,63	93,30
1991	6.996.542	3.376.983	3.619.559	2.142.128	1.119.062	1.023.066	109,38	93,46
2000	8.317.984	4.018.384	4.299.600	1.869.814	976.335	893.479	109,27	94,36
2010	9.100.291	4.370.784	4.729.507	1.593.638	834.273	759.365	109,86	92,42

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em 1950, já havia oscilações na intensidade do processo de masculinização rural conforme as regiões do Estado (Tabela 2). Campanha e Litoral Sul destoavam da maioria das regiões quanto à razão de sexo. A primeira mostrava diferença estatística com Depressão Central, Colônias Velhas, Colônias Novas e Planalto, sendo que a mais expressiva se dava com Colônias Velhas. Litoral Sul diferenciava-se dessas mesmas regiões, mas com intensidade menor. Já Serra do Sudeste, Litoral Norte e Campos de Cima da Serra não diferiam de nenhuma outra região.

Entende-se que esta diferenciação é determinada, em grande parte, pelas relações de produção estabelecidas no sistema agrário e pelo grau de intensidade dos sistemas produtivos mais representativos. As regiões caracterizadas pela pecuária, com forte presença das estâncias derivadas da doação das sesmarias, têm a razão de sexo diferente daquelas onde a propriedade da terra é mais fragmentada e a área é utilizada por descendentes de caboclos ou de colonos europeus não ibéricos. O trabalho produtivo feminino é mais necessário nas regiões onde a agricultura familiar é característica e onde são representativos os sistemas de produção intensivos em mão de obra e terra. O histórico destes sistemas de produção é marcado pelo trabalho de toda a família, para 'dar conta do serviço', conforme Boni (2006) aponta para o caso da bovinocultura de leite. Assim, a necessidade do trabalho produtivo da mulher pode ter formado uma cultura de maior valorização dessa atividade em relação ao contexto social e produtivo de outros sistemas agrários. Este arranjo parece contribuir para a permanência de um percentual representativo de mulheres e, conseqüentemente, para a manutenção de valores da razão de sexo mais baixos em relação aos das demais regiões.

Foge dessa explicação, entretanto, a situação das regiões Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra, que, mesmo sendo caracterizadas pela pecuária extensiva, não se diferenciam das regiões com forte presença da agricultura familiar quanto à razão de sexo. Nestes casos, mesmo havendo concentração de terra, a existência de estabelecimentos familiares neste período pode ter influenciado este resultado. Quanto ao Litoral Norte, não foram cogitadas explicações para a não diferenciação com nenhuma outra região, cabendo estudos específicos a respeito.

Já em 2007, apenas Litoral Norte não se diferencia de nenhuma outra região quanto à razão de sexo da população rural total dos municípios, conforme pode ser visto na Tabela 2. Campanha e Serra do Sudeste se diferenciam de Colônias Velhas, Colônias Novas e Planalto. Litoral Sul apresenta diferenças bastante significativas em relação a Colônias Velhas e Colônias Novas. Já os valores da razão de sexo de Campos de Cima da Serra divergiam estatisticamente daqueles encontrados para Colônias Velhas, Colônias Novas e Planalto. Os valores da razão de sexo referentes a Colônias Velhas foram os que divergiram estatisticamente do maior número de regiões (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Sul, Campos de Cima da Serra e Planalto).

As regiões onde a agricultura familiar é característica, sendo representativos os sistemas de produção intensivos em mão de obra e terra, como os que envolvem a bovinocultura de leite, a vitivinicultura e a fumicultura, bastante representativos em Colônias Velhas e Colônias Novas, têm médias da razão de sexo mais baixas (Tabela 3). Além destes sistemas produtivos, a presença significativa de atividades não agrícolas também pode ser uma importante fonte de trabalho para as mulheres rurais nestas regiões, o que pode estar contribuindo para manter muitas delas no campo (STADUTO, 2009).

TABELA 2
 Z_{calc} do método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para os valores da razão de sexo
 nos sistemas agrários
 Estado do Rio Grande do Sul – 1950-2007

Sistemas agrários	Sistemas agrários								
	Campanha	Serra do Sudeste	Depressão Central	Litoral Norte	Litoral Sul	Colônias Velhas	Campos de Cima da Serra	Colônias Novas	Planalto
Ano: 1950, Grupo: População Total (1)									
Campanha	ns	ns	41.500	ns	ns	54.020	ns	35.930	47.570
Serra do Sudeste	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Depressão Central	41.500	ns	ns	ns	38.719	ns	ns	ns	ns
Litoral Norte	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Litoral Sul	ns	ns	38.719	ns	ns	45.974	ns	34.185	42.228
Colônias Velhas	54.020	ns	ns	ns	45.974	ns	ns	ns	ns
Campos de Cima da Serra	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Colônias Novas	35.930	ns	ns	ns	34.185	ns	ns	ns	ns
Planalto	47.570	ns	ns	ns	42.228	ns	ns	ns	ns
Ano: 2007, Grupo: População Total (2)									
Campanha	ns	ns	ns	ns	ns	46.909	ns	58.050	39.475
Serra do Sudeste	ns	ns	ns	ns	ns	45.725	ns	62.429	33.813
Depressão Central	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	44.477	ns
Litoral Norte	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Litoral Sul	ns	ns	ns	ns	ns	1.757.167	ns	2.224.152	ns
Colônias Velhas	46.909	45.725	ns	ns	1.757.167	ns	1.617.881	ns	ns
Campos de Cima da Serra	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	2.084.867	1.391.774
Colônias Novas	58.050	62.429	44.477	ns	2.224.152	ns	2.084.867	ns	693.092
Planalto	39.475	33.813	ns	ns	ns	ns	1.391.774	693.092	ns
Ano: 2007, Grupo: População com 25 a 59 anos (3)									
Campanha	ns	ns	ns	35.764	ns	37.735	ns	62.398	48.438
Serra do Sudeste	ns	ns	ns	31.757	ns	37.390	ns	74.377	51.405
Depressão Central	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	57.742	33.448
Litoral Norte	35.764	31.757	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Litoral Sul	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	38.630	ns
Colônias Velhas	37.735	37.390	ns	ns	ns	ns	ns	64.206	ns
Campos de Cima da Serra	ns	ns	ns	ns	ns	ns	ns	39.326	ns
Colônias Novas	62.398	74.377	57.742	ns	38.630	64.206	39.326	ns	ns
Planalto	48.438	51.405	33.448	ns	ns	ns	ns	ns	ns
Ano: 2007, Grupo: População com 60 ou mais anos (4)									
Campanha	ns	ns	ns	ns	ns	63.147	ns	53.614	ns
Serra do Sudeste	ns	ns	ns	ns	ns	60.285	ns	45.975	ns
Depressão Central	ns	ns	ns	ns	ns	54.180	ns	37.940	ns
Litoral Norte	ns	ns	ns	ns	ns	32.086	ns	ns	ns
Litoral Sul	ns	ns	ns	ns	ns	42.926	ns	35.536	ns
Colônias Velhas	63.147	60.285	54.180	32.086	42.926	ns	58.442	ns	62.144
Campos de Cima da Serra	ns	ns	ns	ns	ns	58.442	ns	48.551	ns
Colônias Novas	53.614	45.975	37.940	ns	35.536	ns	48.551	ns	43.173
Planalto	ns	ns	ns	ns	ns	62.144	ns	43.173	ns

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950 e Contagem Populacional 2007.

(1) $H=51.5525$, $GL=8$, Z crítico= 3.126 e $p<0.05$.

(2) $H=99.9558$, $GL=8$, Z crítico= 3.126 e $p<0.05$.

(3) $H=120.2642$, $GL=8$, Z crítico: 3.126 , $KW=0$ e $p<0.05$.

(4) $H=132.8309$, Z crítico: 3.126 , $GL=8$, $KW=0$ e $p<0.05$.

ns: não significativo.

As novidades em 2007 ficam por conta dos comportamentos de Serra do Sudeste, Campos de Cima da Serra, Depressão Central e Planalto. Estas regiões, diferentemente do que mostram os dados do Censo de 1950, apresentam diferenças, por vezes significativas, em relação a Colônias Velhas e Colônias Novas. Para as duas primeiras regiões, esse fato pode estar relacionado a um possível incremento na pecuária extensiva, aumentando a concentração da terra. Já nos casos de Depressão Central e Planalto, a influência pode ser da modernização agrícola que ocorreu a partir da década de 1960. Atividades importantíssimas para a dinâmica dessas regiões, como o cultivo de arroz e soja, diminuem drasticamente a necessidade de mão de obra, passando a ocupar produtivamente principalmente os homens, o que pode ter estimulado o êxodo rural feminino, tornando as razões de sexo mais parecidas com as das regiões caracterizadas pela pecuária extensiva.

As regiões de Campanha, Serra do Sudeste e Litoral Sul são as que registram as maiores razões de sexo. Nestes sistemas agrários, o trabalho assalariado relacionado à pecuária é bastante representativo, não sendo característico, entretanto, o emprego de mão de obra feminina para o trabalho de campo. Além disso, a pecuária extensiva na região tem forte vinculação histórico-cultural com o trabalho produtivo calcado na figura masculina, o que pode ter influenciado o papel das mulheres naquele contexto, também favorecendo o êxodo rural feminino.

A modernização da agricultura também parece ter influências no processo de masculinização rural. Como já comentado, algumas regiões dependentes de culturas agrícolas que foram altamente tecnificadas, como Planalto e Depressão Central, mostram razões de sexo da população rural bem mais altas em 2007 do que em 1950,¹³ mostrando o predomínio de homens. Dadas a importância e a polêmica da questão, optou-se por tratá-la separadamente.

Masculinização rural e modernização agrícola: qual relação?

Conforme Graziano da Silva (1982), o processo de modernização agrícola ocorrido no Brasil a partir da década de 1960 não foi adequado à realidade do país. A expectativa de incremento de produtividade da modernização, como forma de conseguir altas rentabilidades, foi bem maior do que os resultados alcançados. As consequências dessa modernização foram as concentrações de terra e de renda no setor agrícola. As propriedades voltaram-se mais para o mercado e especializaram a produção e até mesmo a concepção de produção, e a agricultura se industrializou com o incentivo do Estado (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

A diminuição da necessidade de mão de obra, que era abundante no espaço rural brasileiro, na verdade beneficiou principalmente as grandes indústrias de máquinas e insumos agrícolas e os bancos, excluindo muitas pessoas do processo produtivo. O trator

¹³ É importante lembrar que as bases de dados não são exatamente iguais. A Contagem Populacional não contabiliza a população dos 12 maiores municípios do Estado, enquanto o Censo contabiliza. Desta forma, precisa-se tomar cuidado com o teor das comparações, o que, entretanto, não inviabiliza a análise, já que as duas pesquisas fornecem dados sobre a população rural do Rio Grande do Sul, possibilitando a observação de tendências.

e o herbicida, por exemplo, substituem a junta de bois ou a enxada no preparo do solo. Neste processo, a pessoa que dirige o trator passa a dar conta do trabalho de várias outras e, geralmente, quem dirige o trator é um homem. Assim, a mulher perde espaço nas atividades produtivas durante a modernização, concentrando seu trabalho nas atividades do lar, vistas como improdutivas, conforme Brumer (1996).

É comum a vários autores a ideia de que a modernização agrícola modifica o papel da mulher na unidade produtiva, como pode ser visto em Magalhães (2009), Brumer (1996), Panzutti (2006) e Anjos e Caldas (2005), supostamente dispensando o trabalho feminino de seu caráter produtivo, o que favoreceria a busca de trabalho e renda nas cidades. Porém, é necessário ponderar esta assertiva, pois os resultados apresentados neste trabalho apontam para a existência de uma relação parcial e indireta entre modernização agrícola e masculinização rural (Tabelas 2 e 3). A modernização agrícola atingiu todas as regiões gaúchas, embora o processo tenha ocorrido nelas com diferentes intensidades. Regiões como Colônias Novas também vivenciaram esse processo por meio da bovinocultura de leite, por exemplo.

A produção de leite, muito representativa para o caso das Colônias Novas, transformou-se nas últimas décadas, passando a utilizar massivamente equipamentos como a ordenhadeira mecânica e o resfriador a granel. Os animais passaram também a ter uma genética apurada por meio da inseminação artificial. O manejo sanitário é igualmente dependente de insumos externos à propriedade. A produção torna-se mais dependente da agroindústria e do mercado. Apesar de ter passado por esse processo de modernização, a produção de leite ainda possui alta demanda de mão de obra, sendo que o trabalho continua tendo uma característica feminina, ou sendo realizado por ambos os sexos, embora este possa estar subordinado ao homem, conforme Magalhães (2009). Entende-se que esta situação favoreça a permanência da mulher no campo, o que repercute nos valores da razão de sexo. A região de Colônias Novas, inclusive, é a que registra razões de sexo de 1950 e de 2007 mais semelhantes, sendo os menores valores encontrados para o Rio Grande do Sul no último ano (Tabela 3).

Já na Depressão Central, onde os cultivos de arroz e soja são característicos, os valores da RS de 2007 mostram-se consideravelmente maiores do que os de 1950, conforme pode ser visto na Tabela 3, sendo que em 2007 o comportamento é semelhante ao das regiões caracterizadas pela pecuária extensiva e estatisticamente diferente das Colônias Novas (Tabela 2). Uma possível explicação para esta situação pode ser a drástica diminuição do grau de intensidade de uso da terra e mão de obra na mecanização das culturas de arroz e soja, interferindo diretamente no trabalho da mulher, que é separada das atividades produtivas. Neste caso, há favorecimento ao êxodo rural feminino e, conseqüentemente, ocorre aumento nas razões de sexo. Cabe ressaltar que, em Colônias Novas, a produção de soja também é significativa, entretanto, a presença marcante da produção leiteira e da agricultura familiar parece explicar a manutenção dos valores relativamente baixos da RS nesta região.

Portanto, o que parece influenciar o incremento da masculinização não é o processo de modernização diretamente, mas sim a diminuição drástica do grau de intensidade de utilização da terra e da mão de obra, que acontece em algumas atividades agropecuárias modernizadas. Assim, aponta-se para a redução do papel produtivo da mulher e o favorecimento ao êxodo rural feminino, animado pela busca de trabalho urbano, principalmente em algumas regiões, como consequência desta conjuntura.

É importante mencionar o caso do Planalto gaúcho, onde a modernização agrícola se fez bastante presente, principalmente nas culturas da soja e trigo, diminuindo consideravelmente a necessidade de mão de obra. Nesta região, entretanto, não são observadas diferenças expressivas entre as RS de 1950 e as de 2007, nem a diferenciação estatística das regiões caracterizadas pela agricultura familiar em 2007 (Tabelas 2 e 3). Uma explicação possível pode ser a representativa presença da fumicultura em unidades produtivas familiares de vários municípios da região, como Arroio do Tigre, onde o trabalho feminino se faz necessário. Por outro lado, os altos valores da RS de Campanha e Serra do Sudeste, em 2007, também podem ter sido influenciados pela significativa produção do arroz, que se desenvolveu nessas regiões nas últimas décadas, apresentando-se como uma cultura altamente tecnificada e costumeiramente manejada por homens.

O processo de masculinização rural também varia conforme a faixa etária da população. As especificidades de tais variações são abordadas a seguir.

A razão de sexo nas diferentes faixas etárias

O equilíbrio da proporção entre os sexos ao nascer e a tendência de residência com os pais na infância contribuem para os baixos valores da razão de sexo entre a população rural de 0 a 14 anos, o que é comum a todos os sistemas agrários gaúchos em 2007, sem que haja diferenciação entre nenhum deles.

Já para o grupo jovem de 15 a 24 anos, a masculinização é bastante alta em todos os sistemas agrários gaúchos. Há um crescimento representativo para todas as regiões quando comparado à primeira faixa etária (Tabela 3). Não existe, entretanto, diferenciação entre o comportamento da razão de sexo de cada região. Este é um resultado importante, já que demonstra um significativo predomínio masculino entre a população jovem em todas as realidades rurais do Rio Grande do Sul. A tendência de maior escolaridade das jovens pode ser uma das principais explicações para esta situação.¹⁴

¹⁴ Bourdieu (2004), embora aborde tal questão para a realidade francesa, faz uma generalização aventando que as moças rurais são mais sensíveis ao estilo de vida urbano, enquanto os rapazes são mais apegados às questões produtivas.

TABELA 3
Valores médios da razão de sexo, geral e por faixa etária, para a população rural dos sistemas agrários
Rio Grande do Sul – 1950-2007

Sistemas agrários	1950		2007			
	Geral	Geral	0-14 anos	15-24 anos	25-59 anos	60 ou mais
Campanha	112,95	127,69	107,58	121,51	138,87	140,11
Serra do Sudeste	107,21	119,42	109,29	118,64	125,98	119,79
Depressão Central	104,27	116,06	107,08	116,13	122,74	111,06
Litoral Norte	105,07	114,42	110,30	110,05	121,28	99,32
Litoral Sul	114,74	123,35	108,23	121,28	129,32	137,76
Colônias Velhas	104,07	110,13	107,54	118,33	117,10	93,46
Campos de Cima da Serra	105,65	116,51	105,84	125,64	119,19	123,47
Colônias Novas	104,77	107,62	106,85	115,33	110,13	97,09
Planalto	103,97	110,54	108,51	112,72	112,54	108,25

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1950 e Contagem Populacional 2007.

O fenômeno de masculinização rural amplamente instalado na faixa etária de 15 a 24 anos pode repercutir em uma tendência geral de agravamento do processo no futuro, uma vez que essa condição tende a ser repassada para a população adulta, que hoje já está bastante masculinizada. Outra possibilidade é que aconteça, com a passagem dos anos, um maior reequilíbrio entre os sexos, com a migração dos homens solteiros, podendo provocar a formação de espaços vazios entre as gerações, como relata Camarero et al. (2009b) para o caso espanhol.

Na maioria das regiões, o grupo populacional mais masculinizado é o adulto, de 25 a 59 anos, como pode ser visto na Tabela 3. Todavia, nas regiões Colônias Novas, Campos de Cima da Serra, Colônias Velhas e Planalto o grupo jovem é o mais masculinizado.

Para o estrato da população adulta já aparecem significativas divergências estatísticas quanto ao comportamento da masculinização rural entre as regiões analisadas. Campanha divergiu de Litoral Norte, Colônias Velhas, Colônias Novas e Planalto. Serra do Sudeste também apresentou diferença destas mesmas regiões. Depressão Central diferiu de Colônias Novas e Planalto. A região Colônias Novas também diferiu de Litoral Sul, Colônias Velhas e Campos de Cima da Serra. Este comportamento, na maior parte, já era esperado, pois foi de acordo com o resultado dos dados da população rural total, já trabalhados. Eles reforçam a existência de relação entre características do sistema agrário e o processo de masculinização rural.

Porém, a existência de diferença estatística dos valores da razão de sexo entre Colônias Velhas e Colônias Novas, para esse grupo de idade, com a maior média da RS na primeira região, foi algo surpreendente. Uma possível explicação para este fato pode ser dada pelas características dos empregos urbanos em Colônias Velhas, “mais femininos” (como nas indústrias de calçados). Assim, haveria maior demanda de trabalho feminino nas cidades desta região, animando o êxodo das mulheres rurais, processo que, todavia, merece ser mais bem investigado.

Quando não está integrada às atividades produtivas, geralmente nos sistemas de produção extensivos, a mulher de origem rural pode residir na cidade com os filhos, buscando trabalho nesse contexto. Em alguns sistemas de produção extensivos ou mecanizados, essa situação

é bastante comum. Com relação aos empregados (peões), em regiões de forte presença da pecuária extensiva, é frequente o caso de solteiros que residem na propriedade do patrão, disseminando a figura do “solteirão” ou celibatário. Embora também exista na agricultura familiar, essa situação é bem mais comum na agricultura empresarial patronal, onde as mulheres se mantêm mais afastadas da produção.

Entre a população idosa houve comportamentos bem diferenciados. As regiões Colônias Velhas e Colônias Novas apresentaram leve predomínio de mulheres, com razões de sexo médias de, respectivamente, 93,46 e 97,09, o que está de acordo com a maior expectativa de vida feminina. A região Litoral Norte mostra uma proporção entre sexos praticamente igual, mas todas as outras regiões registraram predomínio masculino. Nos casos de Campanha, Litoral Sul e Campos de Cima da Serra, a magnitude da diferença é tanta que ultrapassa as razões de sexo médias da população jovem e adulta (Tabela 3). A região Serra do Sudeste também apresentou índice médio bastante alto, embora não seja maior do que o da população adulta. Desta forma, entre a população rural idosa, acentua-se a relação entre o sistema agrário e a masculinização, configurando-se três comportamentos diferenciados: predomínio moderado de mulheres nas regiões de agricultura familiar; predomínio moderado de homens nas regiões de agricultura mecanizada; e predomínio intenso de homens nas regiões de pecuária extensiva.

É comum que após a aposentadoria rural, alcançada aos 55 anos pela trabalhadora e aos 60 anos pelo trabalhador, o casal sem sucessor diminua consideravelmente a produção comercializada. Entretanto, dificilmente a produção agropecuária é totalmente abandonada, principalmente nos primeiros anos após o início do recebimento do benefício e nos casos de inexistência de doenças graves. Assim, entende-se que continua a haver neste grupo a influência do processo produtivo sobre os valores da razão de sexo.

Nas atividades intensivas em mão de obra, como a fumicultura ou a pecuária de leite, o trabalho da idosa na unidade produtiva é muitas vezes importantíssimo, seja diretamente nestas atividades, seja no cuidado das crianças e da casa, preparando a alimentação para que as outras pessoas possam se dedicar integralmente às atividades produtivas. Geralmente, as regiões onde sistemas produtivos com essas atividades são representativos são mais povoadas do que as de pecuária extensiva, existindo uma infraestrutura que oferece postos de saúde relativamente próximos às unidades produtivas, o que pode estar favorecendo a permanência de idosos.

Assim, nesta faixa etária, os valores da RS da região Colônias Velhas diferenciaram-se das outras regiões, com exceção de Colônias Novas. Já esta última região mostrou diferença com relação a Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Sul, Campos de Cima da Serra e Planalto, conforme pode ser visto na Tabela 2. A região Litoral Norte registrou praticamente uma igualdade entre os sexos.¹⁵ As regiões Depressão Central e Planalto diferenciam-se de Colônias Novas e Colônias Velhas, já que apresentam predomínio masculino

¹⁵ Cabe mencionar que essa variável teve um escore retirado (dois homens) devido à impossibilidade de cálculo da razão de sexo, já que o número de mulheres era igual a zero.

para a população idosa, mas possuem valores da RS bem menores do que os das regiões características da pecuária, 111,06 e 108,25 respectivamente.

Considerações finais

A principal contribuição deste trabalho foi a de apontar para a existência de fortes indícios que vinculam a maior ou menor magnitude do processo de masculinização da população rural com dadas características dos sistemas agrários regionais. Mostrou-se, a partir da realidade do Rio Grande do Sul, que a masculinização rural não é um processo homogêneo, variando conforme a região e a faixa etária.

Assim, para 2007, os resultados mostram a recorrência dos maiores valores de razão de sexo nas regiões caracterizadas pela pecuária de corte extensiva, em contraste com a recorrência dos menores valores nas regiões que se caracterizam pela forte presença da agricultura familiar, bem como a posição intermediária das RS nas regiões Depressão Central e Planalto. Interpretam-se estas configurações a partir de características dos sistemas agrários, como a importância socioeconômica da agricultura familiar, ou, ainda, a intensificação dos principais sistemas de produção.

Além disso, aponta-se para a existência de relação indireta entre a modernização da agricultura e a intensidade da masculinização rural, a partir da diminuição drástica do grau de intensidade de utilização da terra e da mão de obra, que ocorreu em algumas atividades agropecuárias modernizadas. Ao se abordar a masculinização rural por faixas etárias, também foi possível constatar que o processo só não é recorrente na faixa etária de 0 a 14 anos, mas, entre os jovens (15 a 24 anos), apresenta-se intenso em todas as regiões.

Diante das especificidades do processo de masculinização rural em cada sistema agrário do Rio Grande do Sul, indica-se a necessidade de promoção de ações que guardem mais estreitas relações com os contextos regionais. Nesse sentido, entende-se que o Estado precisa agir, estimulando um contexto mais propício à permanência e ao trabalho da mulher rural, combatendo assim a masculinização rural.

Por fim, sugere-se a continuidade de estudos nesta linha temática, que busquem melhor elucidar as vinculações do processo de masculinização rural com as realidades regionais, sejam estas baseadas em regionalizações assentadas na abordagem dos sistemas agrários ou em outras pertinentes. De forma específica, pode ser importante investigar qualitativamente os aspectos particulares que condicionam a inserção da mulher rural e do trabalho feminino em cada região.

Referências

- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, jun. 2005.
- BERQUÓ, E. S. Fatores estáticos e dinâmicos: mortalidade e fecundidade. In: SANTOS, J. L. F.; LEVY, M. S. F.; SZMRECSANYI, T. (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991, p. 21-85.

BERQUÓ, E. S.; CAVENAGHI, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 74, p. 11-15, 2006.

BONI, V. Agroindústrias familiares: uma perspectiva de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 30, 2006, Caxambu, **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2006, p. 01-25.

BOURDIEU, P. **El baile de los solteros**. Barcelona: Anagrama, 2004.

BRUMER, A. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, C.; ALMEIDA, F. R.; ALMEIDA, J. A. (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996, p. 39-59.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil**: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

CAMARERO, L. et al. **La población rural de España**: de los desequilibrios a la sostenibilidad social. Barcelona: Fundación La Caixa, 2009a (Colección Estudios Sociales, n. 27). Disponível em: <www.laCaixa.es/ObraSocial>. Acesso em: 28 nov. 2011.

CAMARERO, L. et al. ¿Por qué hay menos mujeres en las áreas rurales? **Agricultura familiar en España**. [S.l.], 2009b, p. 86-90.

CARGNELUTTI FILHO, A. et al. **Testes não-paramétricos para pesquisas agrícolas**. Santa Maria: UFSM, 2001.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Orgs.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COSTA RAUBER, C. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul**: análise a partir dos sistemas agrários. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

DUFUMIER, M. Caracterização dos sistemas de produção agrícola. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. Tradução: Vitor de Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 83-116.

FRANTZ, T. R.; SILVA NETO, B. A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005a, p. 109-157.

_____. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005b, p. 27-92.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.

HENRY, L. **Técnicas de análise em demografia histórica**. Tradução de Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antônio Cardoso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1977.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados agregados**. S/d. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 nov. 2011.

_____. **Censo Demográfico 1950**: Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE, 1955.

_____. **Contagem da População 2007**: dados do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Dados internos. Acesso em 2008.

MAGALHÃES, R. S. A 'masculinização' da produção de leite. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 275-299, jan.-mar. 2009.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia Fallauh Balbuíno Ferreira. NEAD. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PANZUTTI, N. P. M. **Mulher rural: eminência oculta**. Campinas: Alínea, v. 1, 2006.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2004, p. 229-252.

SCHNEIDER, S.; RADOMSKY, G. F. W. Evolução demográfica e ocupacional da população rural do Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, v. 23, p. 669-694, 2002.

SILVA NETO, B. **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul**. Relatório de pesquisa apresentado à Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento do Rio Grande do Sul – Programa RS Rural, 2001. Mimeografado.

_____. A regionalização do Estado segundo os seus sistemas agrários. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 93-108.

SILVA NETO, B.; BASSO, D. Aplicação da Teoria dos Sistemas Agrários para a análise da agricultura no Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, B.; BASSO, D. (Orgs.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 17-24.

STADUTO, J. A. R. et al. Ocupações das mulheres rurais no Sul do Brasil: uma perspectiva de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, p. 1-21.

WOLF, E. **Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas**. Tradução de Ítalo Moriconi Júnior. Brasília: UNB, 2011 (Série Tradução, v. 01).

Autores

Cassiane da Costa é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Maria, mestre em Extensão Rural e tecnóloga em Agropecuária.

José Marcos Froehlich é pós-doutor em Antropologia Social, doutor em Ciências Sociais e agrônomo. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria.

Ricardo Howes Carpes é doutor e mestre em Agronomia e agrônomo. Professor da Universidade Federal do Pampa.

Abstract

Rural masculinization: an approach based on the regionalization of agrarian systems in Rio Grande do Sul, Brazil

This study is aimed at analyzing the process of masculinization of the rural population in different agrarian systems of the State Rio Grande do Sul, Brazil, and seeks to interpret different circumstances and settings. For this purpose we used census data from the 1950 Demographic Census and the 2007 Population Count, both conducted by IBGE. The data were systematized and subjected to statistical analysis. Scores were calculated for sex ratios of total and rural populations and, in the 2007 Population Count, for sex ratios of four age groups. These indices were grouped by agrarian system (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas, and Planalto), by applying the Kruskal-Wallis Test. We also calculated the sex

ratio of the population of Rio Grande do Sul in 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 and 2010. It was found that the process of rural masculinization, which has been gradually growing in the state, shows different behaviors, depending on the region. In general, the cattle grazing regions show the highest levels of masculinity whereas the regions characterized by family farming and intensive production systems show the lowest levels. In 2007, the regions of Depressão Central and Planalto, where mechanized production of soybeans and rice are more common, took on an intermediate position between high levels of masculinity in the cattle-raising regions and low levels in colonies, where family farming is characteristic. The intensity of the process of rural masculinization may be related to characteristics of different agrarian systems, such as the socioeconomic importance of family farming, or even increased intensification of production systems.

Keywords: Rural masculinization. Agrarian systems. Rural population.

Resumen

Masculinización rural: un abordaje a partir de la regionalización por sistemas agrarios en Rio Grande do Sul

Este trabajo tuvo el propósito de analizar el proceso de masculinización de la población rural en los distintos sistemas agrarios de Rio Grande do Sul, buscando interpretar sus eventuales particularidades y diferentes configuraciones. Para ello se utilizaron los datos del Censo Demográfico de 1950 y del Censo Poblacional 2007 del IBGE, que fueron sistematizados y sometidos al análisis estadístico. Se calcularon las razones de sexo de la población rural y, en el caso de 2007, para cuatro grupos de edad. Estas razones fueron agrupadas por sistema agrario (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas y Planalto) para la aplicación del test de Kruskal-Wallis. De forma complementaria, se calculó asimismo la razón de sexo de Rio Grande do Sul en 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 y 2010. Se verificó que el proceso de masculinización rural, que se viene desarrollando lentamente en el estado, presenta comportamientos diferenciados según las regiones. En general, las regiones ganaderas son las que presentan las mayores proporciones de hombres, mientras las caracterizadas por la agricultura familiar y los sistemas productivos intensivos poseen las menores proporciones. Las regiones Depressão Central y Planalto, en las que la producción mecanizada de soya y arroz es representativa, asumieron en el 2007 una posición intermedia entre las altas razones de sexo de las regiones ganaderas y los bajos valores de las Colônias, donde la agricultura familiar es característica. Se entiende que la intensidad del proceso de masculinización rural puede relacionarse con aspectos de los diferentes sistemas agrarios, como la importancia socioeconómica de la agricultura familiar, o aún la intensificación de los principales sistemas de producción.

Palabras clave: Masculinización rural. Sistemas agrarios, Población rural.

Recebido para publicação em 01/02/2012

Aceito para publicação em 14/05/2012

